



ODTI
Observatório sobre
Direitos Trabalhistas e
Sociais Internacionais

Março de 2026

EDITORIAL

Os ataques aos direitos trabalhistas na Argentina e no Brasil

Nos anos 80/90, governos neoliberais, FHC no Brasil e Menem na Argentina, estabeleceram os contratos flexíveis, jornadas estendidas, contratos por tempo parcial e temporários, além de ataques aos direitos sindicais e à ultratividade dos acordos coletivos. Nos últimos anos, essa herança mostrou novamente sua cara.

No Brasil, nos governos Temer e Bolsonaro (2017-2022) foram instituídas leis que esvaziaram a CLT, retirando direitos, facilitando demissões, flexibilizando jornadas e atacando o financiamento sindical, resultando em aumento do desemprego e precarização, com muitos trabalhadores sem direitos ou informais.

Mesmo após a recuperação da democracia, com a eleição de Lula, muitos desses direitos ainda não puderam ser recuperados porque precisam ser aprovados no Congresso Nacional, onde a direita tem hegemonia. E a judicialização tem trombado com Tribunais que se inclinam para o lado patronal. O melhor exemplo dessa parcialidade é a tendência já demonstrada por parte do Supremo Tribunal Federal de igualar a pejetização aos contratos individuais de trabalho, ameaça que pode anular os direitos trabalhistas de forma ampla.

Na Argentina, em 2024, Milei, um outsider liberal, promoveu uma reforma também extensa, votada em tempo recorde, que estabeleceu a extensão da jornada de trabalho; estabeleceu recortes no cálculo de indenizações; determinou o fim da ultratividade dos convênios coletivos; ampliou do período de experiência para até 9 meses; fracionou as férias em até quatro períodos e precarizou os direitos de trabalhadores em plataformas e aplicativos, que permanecem sem proteção legal.

Em ambos os países, os sindicatos foram atacados por meio da eliminação e/ou redução das contribuições sindicais, sendo que na Argentina isso significa um ataque à sustentação das Obras Sociais geridas pelos sindicatos e muito utilizadas por seus associados.

O movimento sindical argentino respondeu, por seu lado, com permanentes mobilizações e inclusive greve geral nacional. E, agora, no dia 30 de março, um membro do Juzgado Nacional del Trabajo nº 63 aprovou uma medida cautelar apresentada pela CGT e suspendeu a aplicação de mais de 80 artigos da Ley de reforma laboral 27.802, por considerar que existem indícios suficientes de inconstitucionalidade e riscos pela demora que deverá ocorrer enquanto transita a causa principal.

Foram suspensos os artigos que tratam, dentre outros, da aplicação da legislação trabalhista para os trabalhadores de plataformas; a exigência de responsabilidade solidária em terceirizações; a definição de remunerações e benefícios sociais; o regime de jornada e descansos; a criação dos artigos que criavam os Fundos de Assistência Laboral (equivalente ao nosso FGTS) para financiar indenizações por demissão; os artigos que limitavam o direito de greve; dentre outros.

Foram suspensos também os artigos que acabavam com a ultratividade dos convênios; que permitiam a prioridade de acordos por empresa sobre os convênios de categoria; que suspenderam as contribuições sindicais; bem como os que restringiam a composição das comissões negociadoras. E foi suspenso o artigo que modificava a extensão territorial dos convênios coletivos.

A suspensão é provisória e seguirá vigente até que o Estado nacional conteste a ação da CGT e se realize o debate constitucional sobre a validade dos artigos impugnados.

Os direitos trabalhistas vêm sendo sistematicamente extintos ou reduzidos em ambos os países, com estratégias semelhantes de flexibilização, precarização e enfraquecimento sindical, refletindo uma lógica de classe que exige respostas políticas e organizativas inovadoras e transnacionais. A base ideológica do neoliberalismo é a fragmentação das relações econômicas e a individualização social, o que significa total desacordo com a existência dos sindicatos.

A atuação no plano jurídico e parlamentar seguramente ajuda a avançar e a recuperar parte dos direitos, porém, analisando o que ocorreu em nossos países nos últimos 30 anos, pode-se dizer que são insuficientes.

A luta é política, responde à lógica de classe e exige estratégias que considerem a internacionalização do capital, cadeias produtivas globais e a necessidade de sindicalismo regionalizado e transnacionalizado.

Vamos à luta!

NOTÍCIAS

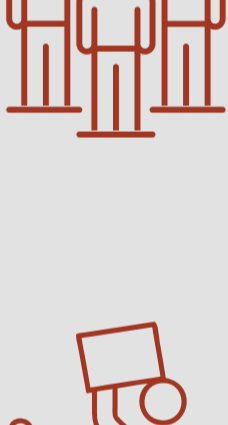
Sindicatos pedem medidas rigorosas de proteção da IA para os trabalhadores



Representantes de governos, organizações internacionais, empresas multinacionais e parceiros sociais se reuniram para avaliar coletivamente como a IA está remodelando o mundo do trabalho, organizado pelo Ministério do Trabalho francês em Paris. Leia a análise completa da Confederação Sindical Internacional CSI.

SAIBA MAIS!

Nike está transferindo empregos para regiões de baixa renda na Indonésia



O artigo de Rob Davis, Nick McMillan e Matthew Kish traz um panorama da expansão da Nike na Indonésia na última década, que prejudicou as próprias diretrizes da empresa que preconizava que seus empregados e empregadas ganhassem o suficiente para viver com dignidade e ainda ter uma renda extra.

SAIBA MAIS!

Por que não existe um movimento antiguerra nos EUA?



Eric Blanc expõe um paradoxo central na política externa americana: a guerra de Donald Trump contra o Irã é a mais impopular da história dos EUA. Diante desse cenário, surge a questão: por que a rejeição recorde não surge em número de traduções em grandes mobilizações coletivas contra a ofensiva coordenada entre EUA e Israel?

SAIBA MAIS!

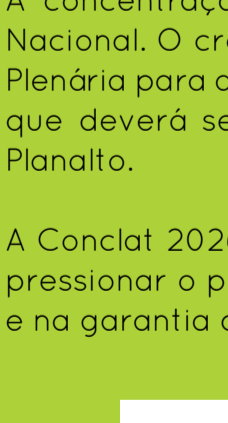
Quatro estratégias sindicais para lutar contra a IA



Em artigo publicado em 5 de março, Keith Brower Brown analisa o abismo entre o marketing agressivo do Vale do Silício e a realidade material do mundo do trabalho. Enquanto Wall Street promove a Inteligência Artificial como a nova fronteira da produtividade, um temor generalizado se instala entre os trabalhadores.

SAIBA MAIS!

Milhares de trabalhadores da JBS entram em greve em unidade de processamento de carne em Greeley



Milhares de trabalhadores sindicalizados da maior empresa de processamento de carne dos EUA entraram em greve, fazendo piquete em frente à unidade da JBS em Greeley. Os trabalhadores reivindicam salários mais altos e condições de trabalho mais seguras.

SAIBA MAIS!

Primeira decisão contra a reforma trabalhista na Argentina: Justiça rejeita o teto indenizações



A reforma trabalhista aprovada pelo Congresso argentino encontrou seu primeiro obstáculo judicial na província de Córdoba, onde um juiz declarou inconstitucional uma parte da legislação.

SAIBA MAIS!

Chegou a hora de taxar os ricos



À medida que o calendário avança para o prazo final do imposto de renda nos Estados Unidos, o historiador e professor Lawrence S. Wittner retoma uma pergunta fundamental: por que o país não construiu um sistema tributário verdadeiramente justo?

SAIBA MAIS!

A resposta do movimento sindical à IA? Devolvam-nos o nosso tempo!



Enquanto o Vale do Silício celebra um novo horizonte tecnológico, o trabalhador comum sente o aperto de uma 'cilada digital'. Em artigo publicado em 18 de março, Vishal Reddy dissecou a perigosa discrepância entre a ambição das grandes corporações e a segurança de quem produz.

SAIBA MAIS!

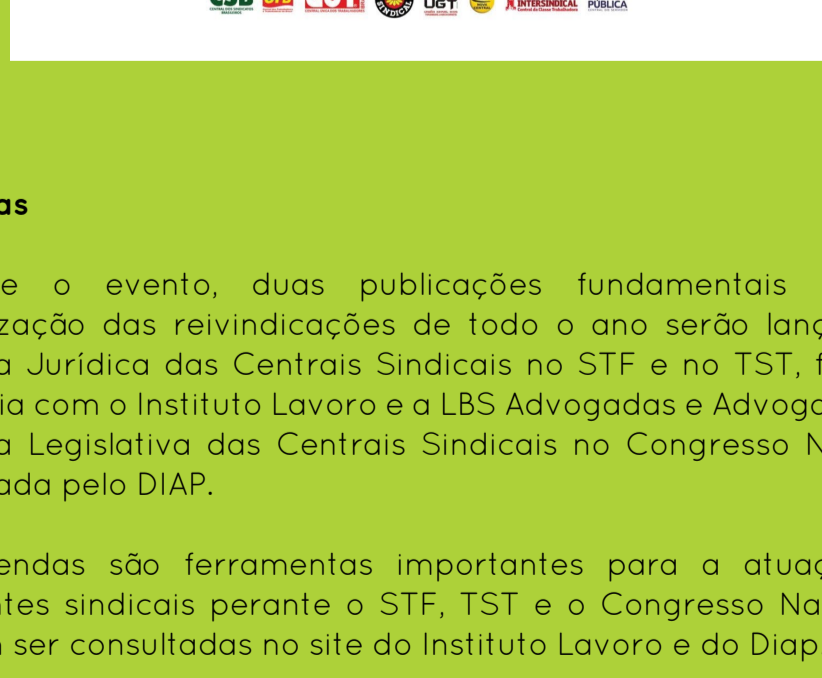
EVENTO

Conclat 2026: Marcha unificada levará pauta da classe trabalhadora aos Três Poderes

No próximo dia 15 de abril, Brasília receberá a Conclat 2026 – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. O evento reunirá milhares de dirigentes sindicais, ativistas e trabalhadores vindos de todas as regiões do país para uma grande mobilização em defesa de direitos e melhorias para a categoria.

A concentração está marcada para as 8h, em frente ao Teatro Nacional. O cronograma da conferência prevê a realização de uma Plenária para a aprovação de uma pauta unificada de reivindicações que deverá ser entregue ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto.

A Conclat 2026 reafirma a unidade do movimento sindical e busca pressionar o poder público por avanços na agenda socioeconômica e na garantia de trabalho digno para todos os brasileiros.



Agendas

Durante o evento, duas publicações de todo o ano serão lançadas: a Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no STF e no TST, feita em parceria com o Instituto Trabalho e a LBS Advogadas e Advogados, e a Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional, elaborada pelo DIAP.

As Agendas são ferramentas importantes para a atuação dos dirigentes sindicais perante o STF, TST e o Congresso Nacional e podem ser consultadas no site do Instituto Trabalho e do Diap.

